



Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças, João Leão

Comissão de Orçamento e Finanças, no âmbito da apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022

22 de outubro 2021

Vale intervenção oral

Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças,

Senhoras e Senhores Deputados,

Há um ano, quando aqui viemos apresentar o Orçamento do Estado para 2021, num dos contextos mais exigentes que o País alguma vez enfrentou, assumimos compromissos claros com este Parlamento e com os Portugueses.

As nossas prioridades eram claras:

1. Controlar a pandemia;
2. Recuperar a economia;
3. Proteger o emprego e o rendimento dos portugueses.

Hoje, e depois de um ano extremamente difícil, podemos afirmar que estes objetivos foram alcançados.

A aposta que fizemos no nosso Serviço Nacional de Saúde, e o empenho de dedicação dos seus profissionais, levaram Portugal a liderar os índices de vacinação.

Somos o 1º país do mundo a atingir os 85% da sua população com a vacinação completa contra a covid-19. Uma conquista da maior importância, que nos permite hoje dar a pandemia como controlada no nosso país.

Desde o primeiro minuto afirmámos que não pouparíamos esforços nos apoios do Estado para mitigar os impactos sociais e económicos desta crise.

E apesar de termos sido acusados de dar tudo a todos, foram os 8000 milhões de euros de medidas extraordinárias de apoio à economia, que asseguraram a manutenção do emprego e protegeram a capacidade produtiva do país.

Depois de um 1º trimestre de confinamento severo, fomos capazes de iniciar um caminho de recuperação e hoje os indicadores económicos já estão acima dos níveis pré-pandemia:

- Não só o desemprego ficou aquém das estimativas do Governo e de outras instituições, como o emprego se reforçou, atingindo o nível mais alto desde 2009.
- Hoje temos perto de 5 milhões de pessoas empregadas - mais 30 mil empregados do que em 2019.
- As compras com multibanco efetuadas no terceiro trimestre deste ano ultrapassam claramente os níveis de 2019 (+8%).
- E nas últimas semanas, até as compras efetuadas por estrangeiros superam os níveis de 2019.

Ao contrário dos piores prognósticos que muitos vaticinaram, os apoios concedidos permitiram manter o desemprego em níveis historicamente baixos, proteger as empresas e salvaguardar o rendimento e o bem-estar das famílias.

Não poupámos esforços para acudir à emergência, mas fizemo-lo sempre num quadro de rigor e responsabilidade para com a sustentabilidade das nossas finanças públicas. Porque é esse o nosso dever para com cada um dos portugueses.

Foi por isso, que ainda no mês passado a agência Moody's subiu o rating da República, o que constitui um sinal muito positivo para a credibilidade externa do país e para a segurança e estabilidade financeira das famílias e das empresas.

Senhoras e Senhores Deputados,

Estimamos que a economia portuguesa cresça mais de 10% no conjunto de 2021 e 2022.

Para 2022, prevemos um crescimento de 5,5% - o crescimento mais elevado das últimas décadas.

Um crescimento que nos permite retomar a trajetória de convergência com a Zona Euro interrompida pela crise.

É também este forte crescimento que nos permite superar o nível do PIB pré-pandemia já no próximo ano, com o PIB a ficar mais de 1% acima do registado em 2019.

Em 2022, continuaremos a trajetória de redução da taxa de desemprego, que estimamos que se situe em 6,5%, o valor mais baixo desde 2003.

Sabemos que a crise nos deixa um legado de dívida muito elevado com que temos de lidar: são mais de 40 mil milhões de euros.

E é por isso que precisamos de um orçamento responsável como este, que nos permite reduzir a dívida pública em mais de 12 p.p. no conjunto dos 2 anos, ficando abaixo de 123% do PIB no final de 2022.

Temos bem presente que os estímulos à economia não devem ser retirados cedo de mais. E por isso, ainda que antecipemos um crescimento da economia mais robusto no próximo ano, mantemos a previsão de redução do défice para 3,2%, ficando abaixo dos 3% em 2023, ano que voltarão a aplicar-se as regras do Tratado Orçamental.

Senhoras e Senhores Deputados,

Chegados aqui, importa agora apresentar a esta Assembleia e aos portugueses aquelas que são as nossas opções para o próximo ano.

A proposta de Orçamento do Estado para 2022 assenta em dois grandes eixos:

O primeiro é o **eixo da recuperação**:

- Da recuperação económica assente no investimento e no PRR.
- Da recuperação das empresas e apoio à capitalização, ao investimento e à inovação.
- Da recuperação de rendimentos das famílias. Queremos apoiar as famílias na saída da crise e retomar a trajetória de aumento de rendimentos iniciada em 2016.

- Da recuperação do legado da crise: tanto da atividade programada do SNS, como das aprendizagens na educação.

O segundo eixo é o da **resposta aos desafios estratégicos de médio e longo prazo**: desafios demográficos, combate às desigualdades e aos desafios das transições digital e climática.

É neste quadro que prevemos para o OE 2022 a prossecução de 5 grandes áreas de ação:

- I. Um conjunto muito significativo de medidas dirigidas ao reforço do rendimento das famílias, que totalizam 578 M€.
- II. O pacote dirigido ao relançamento das empresas de mais de 2600 M€, como por, exemplo, o novo Incentivo Fiscal à Recuperação.
- III. A aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência que vai resultar em 2022 num investimento público superior a 1000 M€.
- IV. Aumento da massa salarial da administração pública, que representam 780 M€.
- V. E um pacote de investimento na ordem dos 1600 M€ para a recuperação da atividade programada na Saúde e das aprendizagens na Educação.

Entre as medidas de reforço dos rendimentos, destacamos o Pacote do IRS.

Este pacote inclui a criação de dois novos escalões, tornando-se o IRS mais progressivo e, portanto, mais justo.

Conclui-se, assim, a revisão dos escalões de IRS iniciada em 2018, que no conjunto das alterações de 2018 e 2022, representa um alívio fiscal de mais de 500M€ para as famílias.

Se em 2018, dirigimos as alterações às pessoas com rendimentos mais baixos, centramo-nos agora na classe média e, neste sentido, procedemos ao desdobramento do terceiro e sexto escalões de IRS.

Esta revisão permite uma redução do IRS para os rendimentos a partir dos 15 mil €, beneficiando mais de 1,5 milhões de agregados e não prejudicando ninguém.

Este é um Orçamento que presta uma atenção especial aos jovens. Através do IRS Jovem aumentamos o rendimento líquido dos jovens em início de carreira, promovendo as qualificações e apoiando a emancipação jovem.

Por isso, propomos alargar o IRS Jovem de 3 para 5 anos e abranger também os trabalhadores independentes, retirando o limite para que se possa aceder ao benefício.

Vamos ainda prolongar o Programa Regressar por mais dois anos, permitindo um alívio de 50% em sede de IRS aos cidadãos portugueses a viver no estrangeiro e que decidam regressar a Portugal.

Este é também um Orçamento que olha para o futuro e o desafio demográfico é uma prioridade central. No âmbito dos apoios à natalidade, o Pacote IRS prevê:

Reforçar as deduções com dependentes e, com isso, baixar significativamente a fatura fiscal destas famílias.

Alargamos a majoração da dedução fiscal a partir do 2.º filho, dos 3 para os 6 anos. Esta majoração de 600 para 900 euros será alcançada de forma faseada em 2 anos.

Este Pacote IRS vai permitir que um jovem que comece a trabalhar ganhe 629 euros, um casal com 3 filhos poupe 780 euros e um divorciado com 2 filhos saia beneficiado em 502 euros anuais.

Este é um orçamento virado para as famílias com filhos.

Criamos a Garantia para a Infância, para apoiar as famílias com crianças e jovens com menos de 18 anos, composta por medidas que visam reforçar o apoio ao rendimento das famílias.

Através desta medida será reforçado o abono de família do 1.º e 2º escalão. Em 2022, serão garantidos pelo menos 600 euros anuais para as crianças até aos 6 anos e 492 euros para as crianças com mais de 6 anos. Em 2023, todos atingirão um montante anual de 600 euros.

Esta medida será conjugada com um novo Complemento que assegura que todas as crianças, independentemente do rendimento da família, recebem pelo menos 600€ por ano, seja através das deduções fiscais, do abono de família, ou através de um adicional ao abono de família que perfaz aquele valor.

Este é também um Orçamento que não deixa ninguém para trás. Erradicar a pobreza tem de ser a maior ambição da nossa sociedade.

E temos de começar pelo combate à pobreza infantil, aquela que, se não for contrariada, vai perpetuar o ciclo geracional de exclusão e de desigualdade.

Para combater a pobreza na infância, pretende-se criar também uma medida no pacote Garantia para a Infância que garante que a partir de 2023:

- Cada criança em situação de pobreza extrema receberá 1.200€ por ano (100€/mês). Isto implica um aumento fortíssimo do abono de família.
- Para 2022 assegura-se já um apoio de 840 euros (70 euros por mês).

Uma família em situação de pobreza extrema vê assim reforçado o apoio de 450€/ano para 1200€/ano ao longo dos próximos 2 anos.

Portugal passará assim a liderar os países europeus com um apoio mais significativo às crianças em situação de pobreza extrema.

O Orçamento do Estado para 2022 prevê também um novo aumento de 10€ das pensões até 658 € (o equivalente a 1,5 IAS), a partir de agosto.

Com todas estas medidas, os rendimentos das famílias serão reforçados em 578 milhões de euros, dos quais 235 via Pacote IRS e 343 através de apoios sociais.

Senhoras e Senhores Deputados,

Também as empresas terão um papel central na recuperação do país. Este orçamento prevê fortes apoios à capitalização, investimento, inovação e simplificação.

- Vamos dotar o Fundo de Capitalização e Resiliência, gerido pelo Banco Português de Fomento, com 1 300 M€ provenientes do PRR com vista à recapitalização das empresas mais afetadas pela pandemia.
- O Banco Português de Fomento irá ainda ser capitalizado com 250 M€, também provenientes do PRR, para implementar o programa Europeu InvestEU, que visa a promoção do financiamento e capitalização do tecido empresarial português.
- Para além dos 1.550 M€ dinamizados pelo BPF, contamos ainda para 2022 com 900 M€ de fundos PRR para fomentar a inovação, digitalização, qualificações e descabornização no tecido empresarial português.
- Como reconhecemos o legado deixado pela pandemia ao nível do investimento, procurámos ainda dar continuidade a políticas fiscais que incentivem o investimento por parte das empresas, lançando o Incentivo Fiscal à Recuperação, que permitirá deduzir à coleta de IRC até 25% dos investimentos realizados.
- O Governo dá também sequência à estratégia de eliminação progressiva do Pagamento Especial por Conta, com vista ao alívio dos encargos financeiros das empresas, eliminando definitivamente este Pagamento para todas as empresas.

A recuperação económica prevista para 2022 está fortemente alicerçada no crescimento do investimento público.

Um crescimento de cerca de 30% face a 2021 - um dos maiores crescimentos do investimento público na Zona Euro -, que permitirá o reforço da competitividade da economia portuguesa e o aumento do seu crescimento potencial.

Para além de investimentos estruturantes planeados e em execução já antes da pandemia, pretende-se acelerar a implementação de investimentos do Programa de Recuperação e Resiliência.

Para 2022, estima-se que o investimento público associado aos projetos do PRR represente cerca de 1194 milhões de euros.

O conjunto de investimentos previstos permitirão promover a especialização da economia portuguesa, a convergência com a União Europeia e a aceleração da transição digital e climática.

Senhoras e Senhores Deputados,

Com o objetivo de valorizar as carreiras públicas, em 2022 o Governo volta a retomar o princípio de atualização generalizada dos salários da Administração Pública, com um aumento de 0,9%, o equivalente a cerca de 225 milhões de euros.

Este esforço, juntamente com a evolução das progressões, promoções e revisões de carreiras fazem com que o salário médio dos trabalhadores da Administração Pública suba para 2,5%.

Ao mesmo tempo, pretende-se valorizar os trabalhadores mais qualificados do sector público, nomeadamente dos técnicos superiores com doutoramento, de forma a aumentar a atratividade das carreiras públicas.

No total, a massa salarial do Estado aumenta 780 milhões de euros, o que corresponde a 3.1%.

Senhoras e Senhores Deputados,

Em 2022, o SNS continuará a ser uma prioridade.

Depois do investimento continuado na anterior legislatura em recursos humanos, equipamentos e instalações, depois do maior aumento de dotação de sempre na Saúde, voltamos a aumentar a dotação do SNS em 700 milhões de euros.

Em 2022, vamos prosseguir o esforço de robustecimento do SNS, nomeadamente através da contratação adicional de profissionais de saúde e da autonomia dos hospitais para substituírem os profissionais em falta ou suprirem as necessidades de pessoal.

Por sua vez, destacamos ainda na área da Educação, o Plano de Recuperação das Aprendizagens, que prevê um investimento de 900 M€ em dois anos letivos para:

- I. Reforçar os recursos humanos e repor os rácios adequados dos profissionais de ensino nas nossas escolas.
- II. Equipar melhor as escolas com novos recursos digitais.

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento do Estado é um exercício de escolhas. E as nossas escolhas não passam por cortar salários, prestações sociais ou aumentar impostos.

Essa não é, nem nunca foi, a nossa visão.

As nossas escolhas são as que os portugueses merecem. E por isso, este é um Orçamento que garante a retoma de um caminho de crescimento sustentável para todos os portugueses, sem colocar em causa o futuro.

- É um orçamento que está ao lado das famílias e das empresas.
- Que responde aos desafios fundamentais do nosso país.
- Que combate a pobreza. Apoia os mais jovens e as classes médias.
- Que reforça os serviços públicos, especialmente o SNS e a escola pública.
- Que promove a recuperação robusta da economia.
- Que põe em marcha as indispensáveis mudanças inerentes ao processo de transição digital e ao combate às alterações climáticas.

Uns dizem que o Orçamento dá pouco. Outros dirão que dá tudo a todos. Estamos convictos que este é o orçamento de que o País precisa e em que todos os portugueses se podem rever.

Como em anos anteriores, estamos disponíveis para encontrar soluções e compromissos que nos permitam continuar o caminho de progresso e melhoria do País e da vida dos portugueses.

Compromissos que não coloquem em causa o traço definidor e indispensável de equilíbrio, responsabilidade e rigor na gestão dos recursos financeiros disponíveis.

É este o nosso dever e é isto que os portugueses esperam de nós.

Muito obrigado.

